

COMPORTAMENTO DE INDICADORES DE GESTÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DE UMA MICRORREGIÃO DO INTERIOR DA PARAÍBA

Michael Douglas Sousa Leite¹

Marcos Macri Olivera²

Lilian Figueirôa de Assis³

Luma Michelly Soares Rodrigues Macri⁴

Rosimery Alves de Almeida Lima⁵

RESUMO

O percurso histórico brasileiro retrata a existência de problemas de ordem social e econômica, padrões capazes de comprometer a qualidade da gestão e do desempenho dos municípios, estados e União. Destes, os municípios representam o núcleo das relações políticas e sociais, o cenário onde políticas públicas são iniciadas e, portanto, devem estar comprometidas com as prioridades e demandas locais pré-estabelecidas. Neste sentido, os indicadores de desempenho existem com o intuito de avaliar o grau de comprometimento dos gestores públicos, contribuindo de forma efetiva para demonstrar os resultados das ações desses junto à comunidade municipal, estadual e nacional. Dessa forma, o presente artigo objetiva analisar o comportamento dos indicadores de gestão pública na microrregião de Cajazeiras (interior da Paraíba) no ano 2014. Trata-se de uma pesquisa documental e exploratória, com uso da estatística descritiva, onde os dados foram obtidos através do portal do Sagres, um sistema de prestação de contas eletrônica para os municípios e seus órgãos. Para tanto, foram escolhidos 14 indicadores de gestão pública capazes de se relacionar com o desenvolvimento de 15 cidades da região de Cajazeiras. Diante dos dados obtidos, o estudo apontou para as cidades Joca Claudino e Bom Jesus com indicadores aceitáveis. As demais cidades encontram-se em situação de alerta ou crítica, pois seus indicadores mostraram pouco investimento em áreas fundamentais, a exemplo de educação, saúde, moradia e saneamento, o que pode indicar má gestão municipal de recursos ou abordagens de gestão inadequadas.

Palavras-chave: Indicadores de desempenho. Gestão Pública. Desenvolvimento econômico e social.

¹Administrador. Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: m.dcz167@gmail.com

²Administrador. Especialista em Gestão da Qualidade e Produtividade. Mestre em Engenharia da Produção. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: macri.ccjs@gmail.com

³Administradora. Enfermeira. Universidade Federal de Campina Grande. Especialista em Saúde Mental. Faculdade São Francisco. Especialista em Gestão em Saúde. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Especialista em Gestão Ambiental. Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: assislilianf@gmail.com

⁴Administradora. Especialista em Gestão Ambiental. Mestranda em Sistemas Agroindustriais. Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: luma_michelly@hotmail.com

⁵Administradora. Mestranda em Recursos Naturais. Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: rosy.alves@bol.com.br

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 representa um marco para a autonomia e independência dos municípios brasileiros. Apesar disso, o panorama político aponta para uma concepção tradicionalista de que os municípios são os de menor importância quando considerados entre os três entes federados (União, estados e municípios), pois as questões locais eram, na liturgia do poder e na agenda política gerada em Brasília, de pequena valia, quando comparadas às grandes demandas nacionais.

Assim, o município representa o *locus* do cidadão, o núcleo das relações políticas e sociais, ou seja, onde a vida é concretizada; portanto, o cenário de execução de programas e ações federais que apresenta como principal finalidade o bem-estar do indivíduo (BRASIL, 2008).

Entretanto, o percurso histórico brasileiro retrata a existência de problemas de ordem social e econômica que foram os principais responsáveis pelo impacto negativo na gestão e no desempenho de todo o conjunto dos entes federados, tais como a inflação elevada, a recessão econômica, a carência de recursos para investimento e a ausência de instrumentos eficazes de planejamento e controle dos gastos públicos. Além disso, a história da administração pública está fortemente marcada por uma série de processos mal conduzidos da gestão, a exemplo da má distribuição e utilização de recursos, da falta de responsabilidade e de compromisso social. Essas foram as razões que geraram os elevados índices de corrupção e endividamento (OLIVEIRA; PETER; MENESES, 2010).

Dessa forma, é possível afirmar que as políticas públicas se iniciam a nível de município e, portanto, devem estar comprometidas com as prioridades e demandas locais pré-estabelecidas.

Carvalho *et al.* (2011a) relatam a peculiaridade de cada município, segundo os autores dentro de um mesmo contexto geográfico, mesma região, estado ou localidade pode-se perceber grandes diferenças em diversas áreas (econômica, social, ambiental, entre outras), o que comprova as diversidades existentes em cada contexto. Segundo ainda os autores, a avaliação de municípios pode ser visualizada como um mecanismo de grande relevância para gestão, quando considera os dados, pois essa estimula o debate com o intuito de propor melhorias nas regiões que apresentam acentuadas diferenças.

É neste sentido que os indicadores de desempenho e de outras informações para avaliação do grau de comprometimento dos gestores públicos, contribuindo de forma efetiva

para demonstrar os resultados das ações dos governantes pela execução de seus projetos e programas de governo, junto à comunidade municipal, estadual e nacional.

A principal contribuição deste artigo consiste em buscar compreender até que ponto a gestão fiscal pública municipal estaria correlacionada com os indicadores de desenvolvimento municipal numa perspectiva de abrangência local, com dados dos municípios da região. Assim sendo, o objetivo deste trabalho é investigar o comportamento dos indicadores de gestão pública na microrregião de Cajazeiras – PB, no ano 2014.

Este artigo está estruturado em três seções. A primeira seção discorre sobre a construção de conceitos teóricos sobre a Lei da Responsabilidade Fiscal e os Indicadores Sociais na Gestão Pública. Na segunda seção é apresentado o procedimento metodológico utilizado no desenvolvimento da presente pesquisa. A terceira seção apresenta a análise dos resultados encontrados. Ao final, é apresentada a conclusão, onde se destacam os achados mais importantes encontrados na pesquisa e suas contribuições para o campo da pesquisa científica. Por último, pontuam-se as referências utilizadas para a construção do trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) nasceu em um contexto em que era necessário estabelecer metas e limites numéricos aos gestores na política fiscal, isso em vários níveis de governo, com finalidade de gerar-se menor acúmulo de dívida e menores déficits fiscais, dentre outros resultados buscava-se sinalizadores que refletissem uma atitude fiscal responsável. O cenário em que encontravam-se os estados federativos e, principalmente os municípios, posterior a queda da inflação em 1994 era restritivo do ponto de vista fiscal, nesse sentido os governos subnacionais não podiam mais endividar-se e fazer frente às suas despesas dadas com base nas suas receitas (FILHO; FIALHO, 2014).

Com a criação da LRF impôs um rigor maior ao processo de planejamento e execução orçamentária, ajustando a gestão dos recursos públicos e determinando uma maior transparência e responsabilidade dos gestores públicos, com as dívidas e gastos dos entes sendo estes limitados, de maneira que houve um “equilíbrio” entre as receitas e as despesas públicas, além do fomento de investimentos prioritários a melhora e ao desenvolvimento dos indicadores sociais (OLIVEIRA; SILVA, 2012).

Segundo Sousa *et al.* (2011), quando trata-se da gestão pública municipal, a perspectiva da LRF torna-se ainda mais relevante, uma vez que diante da municipalização, da crescente demanda por serviços sociais (educação, saúde, lazer, segurança e etc.), da escassez de recursos para investimentos, houve um maior responsabilização e controle dos gestores municipais por meio das contas públicas e, conseqüentemente, estimular o desenvolvimento, direcionando os recursos públicos em investimentos que melhorarem a qualidade de vida das pessoas.

A LRF está apoiada em quatro eixos principais: Planejamento, onde são estabelecidas as metas a serem cumpridas durante a gestão; Transparência, consistindo na divulgação das contas da administração pública; Controle, que se refere ao monitoramento realizado tanto pelos órgãos competentes como pela sociedade; e Responsabilização, que são na realidade as sanções previstas pela lei, na decorrência da má utilização dos recursos públicos (SOUSA *et al.* 2013).

A Lei ainda atribuiu à Contabilidade Pública novas funções de controle financeiro e orçamentário, garantindo-lhe um caráter mais gerencial. Assim enfatizou-se o interesse das informações contábeis no sentido de não apenas para seus gestores e para a Administração Pública, mas também para a sociedade, que tornou-se mais ativa no processo de fiscalização e acompanhamento das contas governamentais, por meio dos instrumentos por ela fornecidos.

Segundo Sena e Rogers (2007) a LRF faz também uma exigência maior dos gestores em relação a outros aspectos, como o a obediência às condições, cumprimento de metas, a seguridade social, a geração e o cuidado nas despesas no tocante à sociedade civil, antecipação de receita, operações de créditos concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. Resumidamente, estabelece normas de finanças públicas para a responsabilidade na gestão fiscal, e planeja, de maneira transparente e organizada, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Dentre os três níveis dos entes federados, os municípios são os que possuem ligação direta com o cidadão brasileiro, pois admitem todas as responsabilidades na ordenação das cidades e na organização dos serviços públicos locais, assim sendo considerado uma rede de relações sociais, políticas e econômicas agindo em favor da população. Destarte, torna-se imprescindível a conscientização da importância dos municípios e as conseqüências da LRF sobre eles.

De acordo com Mendes (2005), essa lei é considerada pelos estudiosos e especialistas em política pública um marco em matéria de finanças governamentais no Brasil, pois procede para disciplinar a responsabilidade na gestão dos recursos públicos nos três poderes

(Executivo, Legislativo e Judiciário) isso em todas as esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais). O autor ainda acredita que esta não apenas criou condições para a implantação de uma nova cultura gerencial na gestão dos recursos públicos, mas também veio a incentivar o exercício pleno da cidadania, especialmente no que refere-se à participação do contribuinte no processo de acompanhamento da aplicação dos recursos públicos e de avaliação dos seus resultados.

O grande princípio da LRF é o equilíbrio fiscal. Este princípio é mais transcendente e amplo do que o mero equilíbrio orçamentário. Equilíbrio fiscal, de acordo com Sena e Rogers (2007), significa que o Estado precisa pautar sua gestão no equilíbrio entre as receitas e as despesas. Dessa maneira, toda vez que fatos ou ações venham a desviar a gestão dessa equalização, medidas necessitam ser tomadas para que seja retomada a trajetória de equilíbrio.

Segundo o mesmo autor, a LRF traz novas diretrizes para o controle dos recursos arrecadados e fiscalização, principalmente acerca da ampliação ou concessão de benefícios tributários que incidam na renúncia de receita, bem como eficiência da administração na cobrança da dívida ativa. O autor ainda acredita na importância de verificar as implicações da gestão fiscal pública municipal, baseada na LRF nos indicadores de desenvolvimento municipal e vice versa, para testar a assertiva de que a gestão eficaz dos recursos públicos, determinação de limites em termos de endividamento e eficácia dos investimentos proporcionariam melhoria na qualidade de vida da população.

Tal melhora estaria refletida na elevação dos indicadores de desenvolvimento municipal, indicadores econômicos e indicadores sociais municipais. Entende-se ainda ser importante a verificação em que grau o nível de desenvolvimento municipal impactaria nos indicadores de gestão pública dos municípios. A investigação da relação de duas vias entre indicadores de gestão pública e indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros pode contribuir para complementar a discussão e o entendimento de aspectos das finanças públicas municipais, responsabilidade fiscal e desenvolvimento municipal discutidos nos estudos anteriormente feitos.

Assim é preciso destacar que se deve evidenciar a qualidade da gestão pública, principalmente dos gastos públicos, desde que os limites previstos nas legislações não sejam ultrapassados, destacando recursos públicos para a garantia dos direitos sociais preconizados pela Constituição brasileira. Dessa maneira, com o intuito de observar o comportamento dos municípios na relação a investimentos, ao controle de gastos, e cumprimento dos direitos sociais estabelecidos na Constituição de 88, foram criados indicadores utilizados para medir o

desempenho dos municípios no que se refere à gestão pública municipal (SOUSA *et al.* 2013).

2.2 INDICADORES SOCIAIS NA GESTÃO PÚBLICA

Segundo Zucatto *et al.* (2009), o indicador pode ser definido como parâmetro que mede a diferença entre a situação desejada e situação atual, ou seja, ele indicará quais são os problemas que precisam ser enfrentados. Assim, são instrumentos importantes para controle da gestão não apenas na administração privada, mas também e principalmente na administração pública, por aumentarem a transparência na gestão e facilitarem o diálogo entre os mais diversos grupos sociais organizados. Em outras palavras, pode-se dizer que os indicadores são, por um lado, importantes ferramentas gerenciais para a administração pública e, por outro, um instrumento fundamental para a fiscalização da gestão pública por parte dos movimentos populares.

Assim, Tadachi e Flores (2005) relatam que indicadores são formas de representação quantificáveis das características dos serviços e processos. São utilizados geralmente pela organização para melhorar e controlar a qualidade e o desempenho dos seus processos ao longo de determinado período. Assim segundo os autores os indicadores da qualidade estão associados às características da qualidade do serviço prestados pela gestão municipal, julgadas pelos usuários. Em contrapartida, os indicadores do desempenho estão associados às características do processo, desdobradas pelo processador a partir das características da qualidade.

Nessa perspectiva, de acordo Zucatto *et al.* (2009) o uso de indicadores está relacionado à necessidade de tomar decisões sobre fatos, garantindo-se um processo de gestão sobre as variáveis internas e externas da organização, assim os indicadores são essenciais no gerenciamento dos processos, pois o que não se mede não se gerencia.

O uso de indicadores ainda pode ser otimizado da seguinte forma segundo os autores supramencionados com a análise crítica e atualização; Implementação das ações corretivas e recomendações; Acesso dos indicadores a todos que dele necessitam; Redução do ciclo de tempo desde a coleta de dados até a análise crítica integração dos dados com os planos de melhoria e Relação dos indicadores com os registros da qualidade.

Segundo Zucatto *et al.* (2009) para que os indicadores convenham de impulso para a melhoria, eles precisam ser compreendidos e aceitos pelos gestores e usuários. Uma forma de aumentar a aceitação e compreensão é envolver os usuários no seu desenvolvimento. A

medição funciona como *feedback* para permitir que os gestores compreendam como estão se desempenhando. Dessa forma, a medição é um componente importante do processo de motivação.

Para o TCU (Tribunal de Contas da União) indicador de desempenho é uma porcentagem, número, ou razão em que se mede um aspecto do desempenho, com a finalidade de comparar esta medida com metas preestabelecidas. Alguns autores conceituam indicador de desempenho como um instrumento de mensuração quantitativa ou qualitativa de determinados aspectos do desempenho (BRASIL, 2009).

Entre as diversas possibilidades de informações que podem ser produzidas e selecionadas para a avaliação de um programa de governo, encontram-se os mecanismos de avaliação chamados indicadores de desempenho que, segundo Bittencourt (2006), são aproximações à realidade multidimensional da gestão e fornecem uma boa visão acerca do resultado que se deseja medir. O autor também sustenta que esses indicadores devem sempre receber dos seus usuários uma interpretação compatível com o contexto em que estão inseridos. Essa questão contextual está diretamente relacionada aos objetivos do programa a que os indicadores se propõem a mensurar.

Os resultados que precisam ser aferidos têm dois aspectos principais: o primeiro é a utilidade da informação, que está relacionada ao resultado que se quer conhecer e àquilo que se pode produzir com esse conhecimento. A segunda é o recebe a informação, ou a parte interessada em conhecer os resultados do programa, os chamados *stakeholders*.

Bittencourt (2006) acrescenta que os indicadores não servem apenas para o seu processo de planejamento, controle, execução e monitoramento gerencial, mas também outros *stakeholders* como os demais órgãos da Administração Pública Federal (setoriais, centrais etc.), os envolvidos em temas transversais, os administradores da agenda prioritária de governo, outros Poderes, as instituições privadas e do terceiro setor.

Assim os indicadores sociais consideram os eixos de condições de vida, exclusão social e desigualdade, assim como as dimensões tempo e espaço no tratamento de cada um dos temas. Além dos aspectos demográficos, famílias e, Trabalho, Educação, Distribuição de Renda, Padrão de vida e Saúde.

Giroto *et al.* (2006) relatam que a utilização de indicadores sociais se torna imprescindível, pois configura-se como um instrumento operacional para monitoramento da realidade social para fins de formulação e reformulação de políticas públicas. Assim, o Brasil é um país marcado pela desigualdade social, em que a cada dia emergem novas demandas sociais, assim como a necessidade de indicadores que retratem a realidade presente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho versaram uma pesquisa documental e exploratória, com uso da estatística descritiva. Os dados foram obtidos através do portal do Sagres, que é um sistema de prestação de contas eletrônica para os municípios e seus órgãos. Foram escolhidos 14 indicadores de gestão pública de forma que fosse possível identificar a sua relação com o desenvolvimento de 15 cidades, na microrregião de Cajazeiras – PB, sendo elas: Bernardino Batista, Bom Jesus, Bonito de Santa Fé, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras, Carrapateira, Joca Claudino, Monte Horebe, Poço Dantas, Poço de José de Moura, Santa Helena, São João do Rio do Peixe, São José de Piranhas, Triunfo e Uiraúna, conforme localização indicada na figura 1:

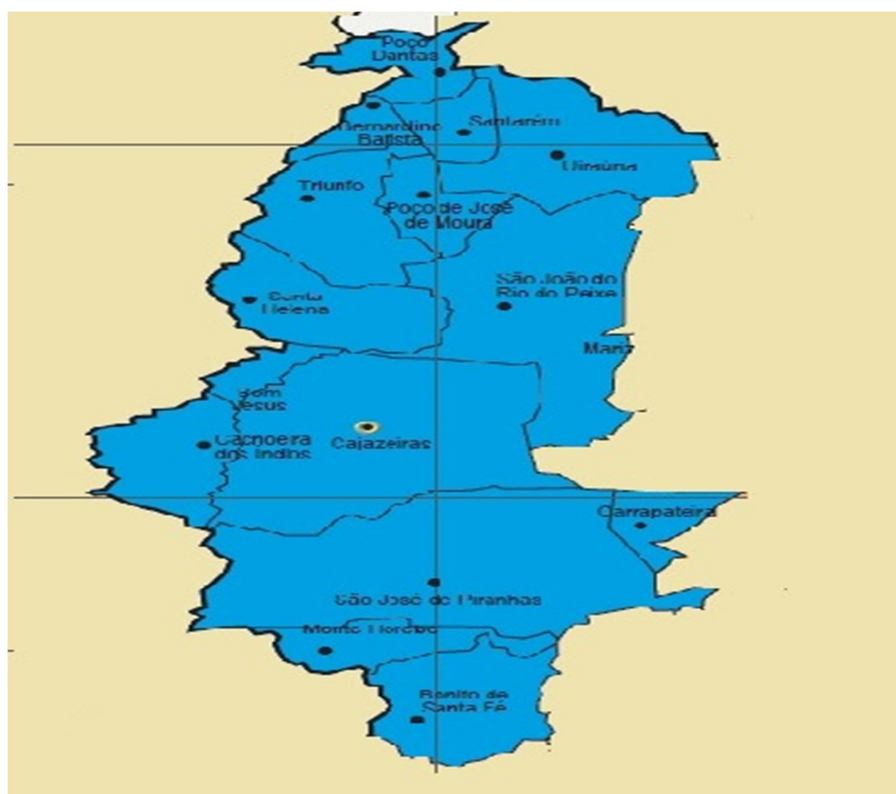


Figura 1 – Localização da área de estudo
Fonte: AESA, 2015.

Para tanto, três dimensões e quinze indicadores (critérios) de gestão pública para avaliar o desenvolvimento econômico, social e ambiental dos municípios envolvidos no estudo, conforme mostra o quadro 1:

Dimensão	Indicador	Equação	Objetivo	Relação
Financeira	Receita Tributária Arrecadada <i>per capita</i>	$RTA \text{ per capita} = \frac{\text{Receita Tributária Arrecadada}}{\text{População total}}$	Avaliar a capacidade do gestor na arrecadação de impostos	Positiva
	FPM <i>per capita</i>	$FMP \text{ per capita} = \frac{\text{FPM arrecadado}}{\text{População total}}$	Avaliar a capacidade de captação de transferências constitucionais da União	Positiva
	ICMS <i>per capita</i>	$ICMS \text{ per capita} = \frac{\text{ICMS arrecadado}}{\text{População total}}$	Avaliar de captação de transferências constitucionais do Estado	Positiva
	Receita total <i>per capita</i>	$\text{Receita total per capita} = \frac{\text{Receita total arrecadada}}{\text{População total}}$	Avaliar a capacidade de arrecadação total da administração pública	Positiva
Social	IDH-M	O índice, considerado aqui como indicador, varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total).	Esse indicador apresenta sua relevância, visto que fornece um retrato do nível de desenvolvimento através de aspectos de educação, longevidade e renda.	Positiva
	Gastos de saúde <i>per capita</i>	$\text{Gastos de saúde per capita} = \frac{\text{Gastos em saúde}}{\text{População total}}$	Avaliar os gastos <i>per capita</i> com saúde no município	Positiva
	Gastos em educação <i>per capita</i>	$\text{Gastos em educação per capita} = \frac{\text{Total gastos em educação}}{\text{População total}}$	Avaliar os gastos <i>per capita</i> com educação no município	Positiva
	Gastos em transporte <i>per capita</i>	$\text{Gastos em transporte per capita} = \frac{\text{Total gasto em transporte}}{\text{População total}}$	Avaliar os gastos <i>per capita</i> com transporte no município	Positiva
	Gastos em urbanismo <i>per capita</i>	$\text{Gasto em urbanismo per capita} = \frac{\text{Total gasto em urbanismo}}{\text{População Total}}$	Avaliar os gastos <i>per capita</i> com urbanismo no município	Positiva
	Gastos em assistência social <i>per capita</i>	$\text{Gasto em assistência social per capita} = \frac{\text{Total gasto em assistência social}}{\text{População Total}}$	Avaliar os gastos <i>per capita</i> com assistência social no município	Positiva
	Gastos em habitação <i>per capita</i>	$\text{Gasto em habitação per capita} = \frac{\text{Total gasto em habitação}}{\text{População Total}}$	Avaliar os gastos <i>per capita</i> com habitação no município	Positiva
	Gastos em cultura <i>per capita</i>	$\text{Gasto em cultura per capita} = \frac{\text{Total gasto em cultura}}{\text{População Total}}$	Avaliar os gastos <i>per capita</i> com cultura no município	Positiva
Ambiental	Gastos em saneamento <i>per capita</i>	$\text{Gasto em saneamento per capita} = \frac{\text{Total gasto em saneamento}}{\text{População Total}}$	Avaliar os gastos <i>per capita</i> com saneamento no município	Positiva
	Gastos em gestão	$\text{Gasto em cultura} = \text{Total}$	Avaliar os gastos <i>per capita</i> com cultura no município	Positiva

	ambiental <i>capita</i>	<i>per</i>	gasto em gestão ambiental / População Total	capita com gestão ambiental no município	
--	----------------------------	------------	--	---	--

Quadro 1 – Dimensões e indicadores utilizados no estudo

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A justificativa da escolha dos indicadores e das dimensões estão pautadas na sua importância para cada dimensão e para o estudo. De acordo com Sepúlveda (2005), Waquil *et. al.* (2007), Martins (2008), após a definição de variáveis é necessário determinar o tipo de relação que cada uma delas tem com o entorno geral, ou seja, cada variável mensura uma dada situação e a análise dos índices permite a identificação das relações positivas ou negativas para o seu desenvolvimento.

Para a análise comparativa dos municípios utilizou-se a seguinte equação:

$$\text{Índice de relação} = \frac{(\text{Valor Observado}) - (\text{Menor Valor})}{(\text{Maior Valor}) - (\text{Menor Valor})}$$

A fim de obter os dados, inicialmente foi realizado o cálculo com cada indicador e posteriormente, feito a análise considerando as informações do quadro abaixo.

Índice	
0,75 a 1	Ideal
0,50 a 0,75	Aceitável
0,25 a 0,50	Alerta
0 a 0,25	Crítica

Quadro 2 – Classificação e Representação dos Índices

Fonte: Adaptado Cândido & Martins (2008).

A comparação dos resultados obtidos com os parâmetros do quadro anterior possibilitaram conclusões acerca sua condição presente e posteriores desdobramentos, em termos de análise.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir são apresentados os resultados relacionados à caracterização de cada uma das dimensões analisadas e consideradas no estudo dos indicadores. A análise foi feita de forma comparativa entre os treze municípios analisados.

A tabela 1 relata a dimensão Financeira no ano de 2014 com a população de cada cidade.

Tabela 1 - Dimensão Financeira

MUNICÍPIOS	Fator de divisão	INDICADORES DE DIMENSÃO FINANCEIRA								
	Popul.	RTA per capita	Índice	FPM Per capita	Índice	ICMS Per capita	Índice	RT Per capita	Índice	Média
Bernardino Batista	3.356	75,99	0,16	1.665,65	0,71	282,64	0,55	4.612,50	0,84	0,47
Bom Jesus	2.532	60,16	0,11	2.194,46	1,00	423,94	1,00	5.188,96	1,00	0,70
Bonito de Santa Fé	10.804	35,09	0,04	685,72	0,19	140,56	0,10	1.956,39	0,11	0,11
Cachoeira dos Índios	9.546	29,17	0,02	582,06	0,14	147,70	0,12	1.731,33	0,04	0,09
Cajazeiras	61.816	151,10	0,38	329,58	0	167,78	0,18	1.640,23	0,02	0,19
Carrapateira	2.601	73,17	0,15	2.136,24	0,97	407,86	0,95	4.182,53	0,72	0,69
Joca Claudino	2.680	65,79	0,13	2.073,27	0,94	397,30	0,92	4.839,58	0,90	0,66
Monte Horebe	4.759	35,87	0,04	1.167,55	0,45	244,99	0,43	3.008,74	0,40	0,31
Poço Dantas	3.778	60,66	0,11	1.470,72	0,61	292,62	0,58	4.632,91	0,85	0,44
Poço de José de Moura	4.245	51,08	0,09	1.308,92	0,53	276,80	0,53	3.997,39	0,67	0,38
Santa Helena	5.902	22,17	0	941,44	0,33	206,99	0,31	3.069,89	0,41	0,21
São João do Rio do Peixe	17.934	51,92	0,09	619,65	0,16	118,57	0,03	1.930,49	0,10	0,09
São José de Piranhas	20.062	359,74	1,00	553,92	0,12	110,28	0	1.842,36	0,07	0,37
Triunfo	9.465	30,13	0,02	587,04	0,14	148,22	0,12	1.690,45	0,03	0,09
Uiraúna	15.307	43,83	0,06	604,99	0,15	127,11	0,05	1.576,61	0	0,09

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Dos quinze municípios incluídos no estudo dos indicadores de Dimensão Financeira, Bom Jesus apresentou o melhor resultado comparando com os outros municípios, com média de (0,70) e destacando-se por quase todos os índices, onde os índices de FPM Per capita, ICMS Per capita e RT Per capita foram ideais (1). Destacaram-se também Carrapateira (0,69) e Joca Claudino (0,66). O pior resultado das médias comparativas esteve nos municípios de Cachoeira dos Índios, São João do Rio do Peixe, Triunfo e Uiraúna todos com (0,09).

Segundo Duarte e Lima (2013), a qualidade da gestão fiscal é determinada de forma proporcional ao desenvolvimento do município, isto é, quanto melhor se comporta a gestão,

maiores são as chances de o município desenvolver-se socialmente. Isso indica que os serviços públicos estão sendo disponibilizados para a população e que as cidades exibem uma boa dimensão financeira; e, portanto, existe uma possibilidade maior de aumentar os indicadores de qualidade de vida e de desenvolvimento municipal, de uma boa gestão fiscal poder influenciar no desenvolvimento municipal.

Os indicadores da Dimensão Social foram divididos em duas tabelas, 2 e 3. Na tabela 2, abordou-se o IDH-M, G Saúde Per Capita, G Educação Per Capita e G transporte Per Capita; e na tabela 3, foram tabulados o G Urbanização Per capita, G Assistência Social Per capita, G Habitacional Per Capita, e G Cultura Per Capita.

Tabela 2 – Dimensão Social

MUNICÍPIOS	INDICADORES DE DIMENSÃO SOCIAL							
	IDH-M	Índice	G Saúde P. capita	Índice	Geducação P. capita	Índice	Gtransporte P. Capita	Índice
Bernardino Batista	0.558	0,21	795,54	0,77	1.778,64	1,00	6,47	0,08
Bom Jesus	0.597	0,47	939,51	1,00	1.364,94	0,69	67,71	1,00
Bonito de Santa Fé	0.574	0,32	413,07	0,14	525,24	0,06	8,34	0,11
Cachoeira dos Índios	0.587	0,40	358,10	0,05	632,47	0,14	15,94	0,23
Cajazeiras	0.679	1,00	359,53	0,06	458,47	0,01	12,56	0,18
Carrapateira	0.603	0,51	451,66	0,21	1.130,94	0,51	0,94	0,01
Joca Claudino	0.622	0,63	687,13	0,59	1.522,28	0,81	4,70	0,06
Monte Horebe	0.587	0,40	560,78	0,38	893,47	0,34	-	-
Poço Dantas	0.525	0,00	822,45	0,81	1.541,51	0,82	26,72	0,39
Poço de José de Moura	0.612	0,56	614,10	0,47	1.302,30	0,64	-	-
Santa Helena	0.609	0,55	555,15	0,38	978,10	0,40	19,32	0,28
São João do R. do Peixe	0.608	0,54	443,84	0,19	528,52	0,06	7,75	0,10
São José de Piranhas	0.591	0,43	390,42	0,11	478,27	0,03	13,97	0,20
Triunfo	0.609	0,55	324,45	0,00	554,97	0,08	0,82	0,00
Uiraúna	0.636	0,72	438,52	0,19	443,62	0,00	31,62	0,46

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Dentre os indicadores de Dimensão Social apresentados na tabela, o melhor IDH-M (índice de Desenvolvimento Humano Municipal) no ano de 2014 foi o de Cajazeiras com (0,679) seguido por Uiraúna (0,636) e Joca Claudino (0,622). Assim segundo a Escala de IDH do IBGE (2010) esses Três municípios se enquadram com IDH médio de 0,600 a 0,699, como também os municípios de Carrapateira, Poço de José de Moura, Santa Helena e São João do Rio do Peixe.

Segundo Batella; Diniz (2006), o IDH-M é um índice de caráter universal utilizado para se medir o desenvolvimento humano de países ou regiões, tendo por objetivo representar a complexidade de um município em termos do desenvolvimento humano que ele apresenta.

Para tanto, são considerados três componentes que são encarados como essenciais para a vida das pessoas, quais sejam: educação, longevidade e renda, sendo que esses componentes são caracterizados por um conjunto de indicadores.

Nesta perspectiva, Resende; Slomski; Corrar (2005) fazem uma relação entre as variáveis econômicas (investimentos realizados) e as características socioeconômicas dos municípios, o que demonstra que quanto maior o investimento maior o desenvolvimento municipal (IDH-M).

No quesito Saúde destacaram-se Bom Jesus (R\$ 939,51), Poço Dantas (R\$ 822,45) e Bernardino Batista (R\$ 795,54) com gastos por pessoa. Usando o índice comparativo na saúde os piores resultados foram de Triunfo (0,00), Cachoeira dos Índios (0,05) e Cajazeiras (0,06). Na Educação os resultados comparativos foram parecidos, onde destacou-se Bernardino Batista índice (1,00), Poço Dantas (0,82) e Joca Claudino (0,81) e os piores resultados foram de Uiraúna (0,00), Cajazeiras (0,01) e São José de Piranhas (0,03).

Na tabela 3 ficaram os indicadores sócias de G Segurança, G Urbanização, G Assistência Social Per capita, G Habitacional Per Capita, e G Cultura Per Capita.

Tabela 3 – Dimensão Social

MUNICÍPIOS	INDICADORES DIMENSÃO SOCIAL								
	Gurban per capita	Índice	Gassist per capita	Índice	Ghabit per capita	Índice	Gcultura per capita	Índice	Média
Bernardino Batista	227,45	0,33	135,72	0,50	31,28	1,00	34,58	0,32	0,53
Bom Jesus	297,69	0,43	113,42	0,38	-	-	104,52	1,00	0,71
Bonito de Santa Fé	130,67	0,18	55,11	0,05	-	-	7,78	0,06	0,13
Cachoeira dos Índios	88,96	0,12	86,12	0,23	-	-	12,38	0,10	0,18
Cajazeiras	140,79	0,20	45,18	0,00	-	-	1,57	0,00	0,21
Carrapateira	-	-	106,50	0,34	-	-	-	-	0,26
Joca Claudino	681,92	1,00	206,98	0,89	-	-	78,79	0,75	0,68
Monte Horebe	26,15	0,03	70,83	0,14	12,61	0,36	6,69	0,05	0,24
Poço Dantas	253,55	0,37	208,33	0,90	-	-	13,45	0,12	0,49
Poço de José de Moura	6,03	0,00	226,43	1,00	-	-	30,67	0,28	0,49
Santa Helena	162,61	0,23	125,76	0,44	-	-	43,06	0,40	0,38
São João do R. do Peixe	22,76	0,02	70,31	0,14	-	-	10,72	0,09	0,16
São José de Piranhas	-	-	66,94	0,12	-	-	-	-	0,18
Triunfo	149,41	0,21	69,67	0,14	2,01	0,00	23,18	0,21	0,15
Uiraúna	161,16	0,23	54,33	0,15	-	-	20,20	0,22	0,27

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

A melhor média dos Indicadores de Dimensões Sociais está na cidade de Bom Jesus com (0,71) e em segundo lugar, Joca Claudino com (0,68). O pior resultado foi o de Bonito de Santa Fé (0,13), seguido por Triunfo (0,15), São João do Rio do Peixe (0,16), São José de Piranhas (0,18 e Cajazeiras (0,21). Denardi, *et. al.* (2014) relatam que os fatores que afetam o

desenvolvimento local surgem da qualidade da gestão pública municipal em termos de planejamento estratégico e participativo. Para os autores, a probidade e a eficiência administrativa como fatores preponderantes para melhora da qualidade de vida e desenvolvimento, onde a qualidade da gestão pública municipal interfere diretamente no seu desenvolvimento.

A tabela 4 mostra a Dimensão Ambiental e segundo Carvalho et al. (2011b) *apud* Silva et al. (2010) relatam que os indicadores de dimensão ambiental são utilizados como ferramenta padrão em diversos estudos, facilitando a compreensão das informações sobre fenômenos complexos e ainda, atua como base para análise do desenvolvimento que abrange diversas dimensões (nelas incluídos fatores econômicos, sociais, culturais, geográficos e ambientais), uma vez que permite verificar os impactos das ações humanas no ecossistema.

Tabela 4 – Dimensão Ambiental

MUNICÍPIOS	INDICADORES DIMENSÃO AMBIENTAL				
	Gsaneamento Per capita	Índice	Ggestão amb. Per capita	Índice	Média
Bernardino Batista	1,58	0,00	6,93	-	0,00
Bom Jesus	38,59	0,34	-	-	0,17
Bonito de Santa Fé	-	-	-	-	0,00
Cachoeira dos Índios	12,17	0,10	-	-	0,05
Cajazeiras	-	-	-	-	0,00
Carrapateira	-	-	-	-	0,00
Joca Claudino	60,49	0,55	-	-	0,27
Monte Horebe	-	-	-	-	0,00
Poço Dantas	20,24	0,17	-	-	0,09
Poço de José de Moura	-	-	-	-	0,00
Santa Helena	18,80	0,16	-	-	0,08
São João do R. do Peixe	109,11	1,00	-	-	0,50
São José de Piranhas	-	-	-	-	0,00
Triunfo	14,64	0,12	-	-	0,06
Uiraúna	19,08	0,13	-	-	0,07

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

No saneamento Per capita São João do Rio do Peixe teve o melhor despenho em comparação com outros municípios (1,00), seguido por Joca Claudino (0,55). No entanto, as cidades de Bonito de Santa Fé, Cajazeiras, Carrapateira, Monte Horebe, Poço de José de Moura e São José de Piranhas não disponibilizaram os indicadores dessa classe no portal da transparência.

Em relação aos gastos de Gestão ambiental apenas Bernadinho Batista divulgou no portal sagres. Nesse contexto, Empinotti (2014) considerando a conjuntura ambiental, afirma

que a transparência está fortemente associada ao “direito de saber”, ou seja, os indivíduos impactados pelas ações de terceiros têm o direito de saber a qual risco eles estão expostos e o potencial de impacto sobre a sua saúde. Assim, o surgimento de novas práticas de governança, a inclusão de atores sociais em novos espaços de negociação e o acesso à informação se tornaram importantes a ponto de servir como um fator de poder e de influência sobre a tomada de decisão.

Com isso, o autor conclui que o exposto acima é resultante do sistema de governança ambiental que, por sua vez, encontra-se composto pelo elemento político, responsável por balancear os vários interesses e realidades políticas; pelo fator credibilidade, instrumentos que apoiem as políticas e que faça com que as pessoas acreditem nelas; e ainda, pela dimensão ambiental. O processo de governança envolve múltiplas categorias de atores, instituições, inter-relações e temas, cada um dos quais suscetível a expressar arranjos específicos entre interesses em jogo e possibilidades de negociação, expressando aspectos de interesse próprios e esquecendo da prevalência do bem comum.

Assim os dados indicadores dimensão ambiental foram quase todos em estado de alerta ou crítico, onde apenas São João do Rio do Peixe ficou no aceitável Média (0,50).

A tabela 5 retrata a Dimensão Global que considera todas as três dimensões: Dimensão Financeira (IDF), Dimensão Social (IDS) e Dimensão Ambiental (IDA).

Tabela 5 – Média Global

MUNICÍPIOS	MÉDIA GLOBAL			
	Média IDF	Média IDS	Média IDA	Média Glob
Bernardino Batista	0,47	0,53	0,00	0,33
Bom Jesus	0,70	0,71	0,17	0,53
Bonito de Santa Fé	0,11	0,13	0,00	0,08
Cachoeira dos Índios	0,09	0,18	0,05	0,11
Cajazeiras	0,19	0,21	0,00	0,13
Carrapateira	0,69	0,26	0,00	0,32
Joca Claudino	0,66	0,68	0,27	0,54
Monte Horebe	0,31	0,24	0,00	0,18
Poço Dantas	0,44	0,49	0,09	0,34
Poço de José de Moura	0,38	0,49	0,00	0,29
Santa Helena	0,21	0,38	0,08	0,22
São João do R. do Peixe	0,09	0,16	0,50	0,25
São José de Piranhas	0,37	0,18	0,00	0,18
Triunfo	0,09	0,15	0,06	0,10
Uiraúna	0,09	0,27	0,07	0,14

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

A melhor média global foi a de Joca Claudino com (0,54), em segundo foi Bom Jesus com (0,53) e terceiro Poço Dantas (0,32), os piores resultados foram: Bonito de Santa Fé (0,08), Triunfo (0,10), Cachoeira dos Índios (0,11) e Cajazeiras (0,13).

O presente estudo apontou que apenas duas cidades Joca Claudino e Bom Jesus encontram-se com seus indicadores aceitáveis, as outras 13 cidades estão em situação de alerta ou crítico, pois seus indicadores mostraram o pouco investimento em áreas fundamentais como educação, saúde, moradia, saneamento e etc. Assim, parece clara a indicação de possibilidade de má gestão municipal desses pequenos municípios, aparentemente, privilegiando o imediatismo e ações não planejadas, desperdiçando recursos e prestando serviços insuficientes para atender as demandas sociais, além de caracterizadas pela baixa qualidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar o comportamento dos indicadores de gestão pública em 15 cidades da microrregião de Cajazeiras no ano 2014.

Assim o presente estudo apontou que apenas duas cidades estão com seus indicadores aceitáveis sendo Joca Claudino e Bom Jesus. O restante das cidades apresentou indicadores financeiros, sociais em situação crítica com índices muito baixo. Dentre a microrregião o pior resultado foi de Cidades pequenas como triunfo, cachoeira dos Índios e Uiraúna.

Dos indicadores ambientais o estudo mostrou que nesta área apenas Bernardino Batista disponibilizou todas as informações nos portais de transparências sobre investimentos ou indicadores nessa classe. Apenas as cidades Bom Jesus, Cachoeira dos índios, Joca Claudino, Poço Dantas, São João do Rio do Peixe, triunfo e Uiraúna disponibilizaram alguns desses indicadores nos seus portais. Assim para assegurar a existência e o acesso do público à informação ambiental, os governos municipais deveriam assegurar políticas públicas e recursos e transparência. Mas os governos municipais acabam não sendo neutros e ainda estão mais interessados em um modelo de desenvolvimento comprometido com o tamanho das escalas, com a exportação para produzir excedentes que equilibrem as contas públicas, mascarando alguns dados, onde geralmente a sustentabilidade tende a ceder.

Assim a não ser no campo das utopias, a sociedade brasileira parece estar longe de um modelo socialmente justo de desenvolvimento e ambientalmente sustentável, naturalmente a falta de informação ambiental reflete isso. Quanto mais críticos os indicadores forem, quanto

mais apontarem as contradições entre as práticas e as promessas, mais fácil será a avaliação da gestão municipal.

Vale assim ressaltar que o processo de gestão de se caracterizar como um compromisso com a sociedade, constituindo-se com dados e informações concretos, não comprometendo a ação esperada. Destarte não se deve resumir apenas a um simples sistema de gerenciamento, mas supõe que novas formas de organização de ideias e serviços, que relaciona dialeticamente o político, o econômico e o social, com articulações diversas em um único objetivo; dar respostas eficientes, eficazes e efetivas às necessidades sociais.

É notório que quanto melhor forem monitorados os gastos públicos, maiores poderão ser as melhorias, os investimentos em infraestrutura, educação, saúde e outros fatores que proporcionam uma maior abrangência dos serviços oferecidos a toda a sociedade. Desta forma, este artigo, ao propor de maneira objetiva e simples avaliação de indicadores de desempenho na gestão pública, contribui de forma prática para o debate da implementação de ferramentas de gestão em uma área ainda tão carente de meios eficientes da mensuração da utilização dos recursos em nosso País.

REFERÊNCIAS

AESA – **Agência Estadual de Águas**. Disponível em: <<http://www.aesa.pb.gov.br>>. Acesso em: 03 Ago. 2016.

BATELLA, W. B.; DINIZ, A. M. A. **Desenvolvimento Humano e hierarquia urbana: uma análise entre as cidades mineiras**. Revista de biologia e Ciências Terra, Paraíba, v 6, n. 2, p 367-374, jun/dez. 2006.

BRASIL. **Responsabilidade na gestão pública: os desafios dos municípios**. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.

BRASIL. **Tribunal de Contas da União. Indicadores de Desempenho**. Brasília: TCU, Secretária-geral da Presidência - Secretaria de Planejamento e Gestão, 2009.

BITTENCOURT, F. M. R. **Indicadores de desempenho como instrumentos de gestão, auditoria e análise econômica**. Revista de Conjuntura: Editada pelo Conselho Regional de Economia do Distrito Federal, Brasília, Ano VI, nº 23, jul/set de 2006.

CARVALHO; et al. **Metodologia para Avaliar a Sustentabilidade Ambiental de Municípios Utilizando Análise Multicritério**. REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade – Vol. 1, no 1, p.18-34, Mai-Ago/2011a.

CARVALHO; et al. **Proposta e Validação de Indicadores de Sustentabilidade Hidroambiental para Bacias Hidrográficas: Estudo de Caso na Sub-Bacia do Rio Piranhas, PB**. In: VII CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO –

Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, Brasil. Anais... CNEG, Niterói, 12 e 13 de agosto de 2011b.

DENARDI, R. A.; **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do estado do Paraná**, 2014. Disponível em:

<http://www.gpublic.info/sites/default/files/biblioteca/desen_fatores.pdf>. Acesso em: 03 Ago. 2016.

DUARTE, A.; LIMA, D. **Boa gestão fiscal melhora indicadores sociais dos municípios**. 21 de setembro 2013. Disponível em <http://www.oglobo.globo.com/pais/boa-gestao-fiscal-melhora-indicadores-sociais-de-municipios-10083540?service=print>>. Acesso em: 15 Ago. 2016.

EMPINOTTI, V.; et al. **Transparência na Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil**.

Working Paper N° 01. Laboratório de Pesquisa de Governança Ambiental – GovAmb

PROCAM – IEE Universidade de São Paulo – USP ISBN: 978-85-86923-33-3 Janeiro 2014.

FILHO, G. A. L; FIALHO, T. M. M. **Associação entre Indicadores de Gestão Pública**

Municipal e Indicadores de Desenvolvimento dos Municípios Brasileiros. VIV Congresso USP Controladoria e contabilidade. São Paulo, 21 a 23 de junho de 2014.

GIROTO, A. P. S.; et al. **Indicadores Sociais: um imperativo no cotidiano dos assistentes sociais atuantes no processo de gestão**. Artigo de trabalho de conclusão de curso das de pós-graduação de Políticas Sociais e Processos de Gestão pelas Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente – SP, 2006.

MARTINS, M. F.; CÂNDIDO, G. A. **Índice de Desenvolvimento Sustentável para**

Municípios (IDSM): metodologia para análise e cálculo do IDSM e classificação dos níveis de sustentabilidade – uma aplicação no Estado da Paraíba. João Pessoa: Sebrae, 2008.

MENDES, D. A. P. **Custos no setor público: uma análise da implantação do sistema de apuração de custos do processo eleitoral brasileiro – o caso do tribunal superior eleitoral**.

Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro: (Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis), 2005.

OLIVEIRA, F. H.; PETER, M. G. A.; MENESES, A. F. **Lei de responsabilidade fiscal:**

Implicações nos indicadores sociais municipais. In: CONGRESSO USP DE

CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2009, 9. São Paulo. Anais... IX Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2009.

OLIVEIRA, M. de J.; SILVA E. A. **Eficiência na Gestão Fiscal Pública e o**

Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios da Microrregião de Cataguases - MG.

In V Encontro de Administração Pública e Governo - EnApg (p. 1-16). Salvador: Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Administração, 2012.

SOUSA, P. F. B.; et al. **Lei de responsabilidade fiscal e sua relação com o**

desenvolvimento municipal: Uma análise utilizando dados em painel. In: CONGRESSO

BRASILEIRO DE CUSTOS – CBC, 18, Rio de Janeiro. Anais...Rio de Janeiro: ABCUSTOS, 2011.

SOUSA, P. F. B de; et al. **Desenvolvimento municipal e cumprimento da lei de responsabilidade fiscal: uma análise dos municípios brasileiros utilizando dados em painel.** Revista evidenciação contábil & finanças. João Pessoa, v.1, n. 1, p. 58-70, jan./jun. 2013.

SILVA, A. M. da; et al. **Ecological Footprint Method: Avaliação da Sustentabilidade no Município de João Pessoa, PB.** In: G. A. Cândido (Org.). Desenvolvimento Sustentável e Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade: Formas de aplicações em contextos geográficos diversos e contingências específicas. Campina Grande, PB: Ed. UFCG, 2010.

SEPÚLVEDA, S. **Desenvolvimento microrregional sustentável: métodos para planejamento local.** Brasília: IICA, 2005.

REZENDE, A. J.; SLOMSKI, V.; CORRAR, L. J. **A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do estado de São Paulo.** Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 1, n. 1, p 24 – 40, jan./abr, 2005.

ROGERS, P.; SENA, L. B. **Análise Agregada dos Municípios Mineiros de Grande Porte Quanto à Adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).** Revista Contemporânea de Contabilidade, ano 04, v.1, n°8, Jul./Dez. 2007.

TADACHI, N. T.; FLORES, M. C. X. **Indicadores da qualidade e do desempenho: como estabelecer metas e medir resultados.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

WAQUIL, P. D.; et. al. **Para Medir o Desenvolvimento Territorial Rural:** validação de uma proposta metodológica. In: Anais do XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Universidade Estadual de Londrina, PR, 22 a 25 de julho, 2007.

ZUCATTO, L. C.; et al. **Proposição de indicadores de desempenho na gestão pública.** Artigo aprovado no XV Congresso Brasileiro de Custos - 2008. Curitiba – PR ConTexto, Porto Alegre, v. 9, n. 16, 2º ISSN (Online): 2175-875 semestre 2009.